



Etapa na trajetória de praticantes de capoeira

MATERNIDADE NEGRA E SOCIOEDUCAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE VULNERABILIDADES,
RACISMO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Fernanda Carneiro Soares dos Santos

“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA. QUE VAI DE GRAÇA PRO PRESÍDIO. E PARA DEBAIXO DO PLÁSTICO. QUE VAI DE GRAÇA PRO SUBEMPREGO. E PROS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS”¹

UM BREVE PANORAMA SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL.

Em minha experiência profissional no Sistema Socioeducativo no estado do Rio de Janeiro, foi possível observar a notória e expressiva centralidade da figura feminina na organização familiar, seja na persona da mãe, de uma avó, de uma tia ou uma vizinha. A figura feminina aparece diretamente como principal responsável pelo cuidado afetivo e material dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa. E, mesmo quando esta não pode estar presente diretamente e fisicamente, são estas mulheres que mobilizam a rede familiar, afetiva e institucional, para oferecer o suporte necessário ao socioeducando. Segundo Cohn et al (2011), dentre os segmentos mais pobres da população, a chefia feminina costuma estar atrelada a um grave quadro de vulnerabilidade econômica, uma vez que a mãe assume concomitantemente a função

de cuidadora dos filhos, provedora material da família e administradora da casa. Este acúmulo de funções implica ainda uma inserção informal ou precarizada no mercado de trabalho, comprometendo ainda mais a renda da família.

De acordo com os dados obtidos na Pesquisa Trajetória de Vida dos Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro (2018), desenvolvida em parceria pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mais de 69% dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa residem com a genitora. Segundo os dados apresentados no relatório da pesquisa: 54,3% dos adolescentes residem com a mãe e outras pessoas; 15% com o pai e a mãe; 9,8% com o pai e outras pessoas; 7,1% com avós e outros. Apenas 5,5% afirmam morar com cônjuge e outros 3,9% sozinhos e 0,3% em abrigo.

Ainda no que diz respeito à centralidade feminina, a pesquisa *Retrato das Desigualdades do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA, 2017), aponta que das 28.614.895 famílias brasileiras chefiadas por mulheres, em 2015, 12.741.942 eram chefiadas por mulheres brancas e 15.872.953 eram chefiadas por mulheres negras. Em sua mais recente *Síntese de Indicadores Sociais* (2019), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantou que 63% das casas chefiadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos estão abaixo da linha da pobreza, isto é, sobrevivem com a renda mensal de aproximadamente 420 reais mensais. Já dentre as mulheres brancas que também chefiam famílias, o percentual é de 39,6%. O mesmo estudo aponta que no Brasil existem mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras.

Nos anos em que atuo como assistente social no DEGASE, tive a rica oportunidade de dialogar com muitas famílias lideradas por

mulheres negras. O longo processo histórico de discriminação e marginalização da população negra em nosso país continua ressoando e se reproduzindo... Em tempos de criminalização da pobreza e de acirramento de uma política de extermínio, as opressões que negros e negras enfrentam tomam formas ainda mais perversas. Segundo a nota técnica do IPEA (2015) acerca do perfil do adolescente em conflito com a lei no Brasil: 95% são do sexo masculino, 66% vivem em famílias extremamente pobres, 60% são negros, 60% têm de 16 a 18 anos e 51% não frequentavam escola na época do ato infracional.

Nos acompanhamentos sociais e interdisciplinares realizados aos adolescentes e as famílias, foi possível identificar como uma série de políticas públicas falharam, bem como uma série de violações de direitos ocorreram com estes grupos sociais, corroborando para que determinados sujeitos de direitos vivessem uma adolescência em situação de vulnerabilidade criminal. Den-

tre as expressões da questão social mais presentes no cotidiano destes adolescentes e famílias merecem destaque: a pobreza, a extrema pobreza e o racismo. Retomando a pesquisa do IPEA, 60% dos socioeducandos são negros e pardos. Existe um lugar social construído para aqueles que conseguem escapar da política de extermínio: a privação de liberdade seja no Sistema socioeducativo, seja no Sistema Penitenciário.

Esta presença marcante das mulheres negras e dos adolescentes negros no meu campo de trabalho, associada à minha identidade de mulher negra recém-mãe foram catalisadores para minha participação na edição do ano de 2019 do curso promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB – DEGASE). Parte das inquietações e reflexões propiciadas por este momento de troca e aprendizagem estão sendo compartilhadas neste breve artigo que tem muito de escrivência, aqui compreendida como: a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência de vida negra no Brasil

(Evaristo, Conceição).

No decorrer do curso, um dos momentos que mais me afetou foi a exposição oral da professora Maria Priscila dos Santos, durante a aula que tinha a temática: Reflexões sobre a necessidade da implementação da Lei 10.639/2003 em espaços socioeducativos. Neste momento de troca e aprendizagem, enquanto discutíamos acerca de episódios de racismo, a docente pontuou que havia sido criada como sobrevivente, mas, que não iria criar o filho desta forma! Que iria criar o seu filho para ser uma pessoa realizada e feliz, não um sobrevivente! Como eu me vi nestas palavras... Quanto eu vi das mães negras que eu atendi ao longo destes sete anos... Quanto eu vi da minha própria mãe nesta fala...

Mães negras educam seus *filhxs* para sobreviver, pois, historicamente a resistência e a resiliência foram as formas como suas ancestrais superaram uma série de violações de direitos e chegaram até aqui! Assim, a

genitora negra que mora em uma área de conflito, mesmo sem conhecer academicamente o conceito de vulnerabilidade criminal, ensina o filho formas de se portar caso haja uma abordagem policial, como agir quando entrar em um shopping para que não seja acusado de algo... Em minha própria criação, recordo-me que minha mãe não permitia que brincássemos na rua sujas ou com a roupa rasgada, pois, alguém, poderia achar que estávamos abandonadas e nos levar para o Conselho Tutelar. Nunca ouvi mães brancas expressarem a mesma preocupação. A leitura discriminatória e criminalizante do corpo negro implica, infelizmente, na criação de estratégias desde tenra idade, tendo em vista evitar possíveis violações de direitos.

Ainda neste campo de estratégia de sobrevivência mediante a vulnerabilidade criminal, as mães atendidas no Sistema Socioeducativo costumam dar uma série de orientações aos filhos: não andar mais com as mesmas pessoas com que foi apreendido,

não frequentar bailes funks, não fazer tatuagens, dentre outras, muitas destas solicitações reforçadas em maior ou menor grau pela equipe técnica que acompanha o adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa. Embora tais estratégias possam em alguma medida evitar a exposição deste adolescente às situações de risco e que o mesmo sofra novas violações de direitos, cabe perguntar em que proporção tais estratégias podem reforçar o controle social sobre o corpo negro e a criminalização de manifestações de cultura associadas a esta população?

**“VOCÊ DEVE APRENDER A
BAIXAR A CABEÇA E DIZER
SEMPRE: "MUITO OBRIGADO!"
SÃO PALAVRAS QUE AINDA
TE DEIXAM DIZER. POR SER
HOMEM BEM DISCIPLINADO”²**

**ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À
VULNERABILIDADE SOCIAL E CRIMINAL.**

As estratégias muitas vezes utilizadas pelas famílias mediante a vulnerabilidade criminal a que os adolescentes negros estão expostos têm o propósito de preservar a integridade física destes e evitar o ingresso destes no Sistema Socioeducativo e/ou no Sistema Penitenciário. Todavia, estas estratégias, embora tenham o propósito de preservar a vida destes adolescentes, podem corroborar para o complexo processo de reprodução do racismo estrutural. Por exemplo, ao orientar um jovem negro a não ir a um baile funk devido ao risco de abordagens policiais extremadas, pode se reforçar a ideia de que toda manifestação cultural oriunda da favela está associada à criminalidade e simultaneamente negar a potência destes espaços para o fortalecimento da autoestima e senso de pertencimento destes grupos. Neste propósito, acredito que precisamos caminhar no sentido de reconhecer a potência criativa destes espaços sociais e ressignificá-los!

Ainda no que tange às estratégias median-

te os processos de vulnerabilidade criminal, penso que os profissionais que trabalham com a população negra têm um papel de colaboração muito importante no sentido da construção de soluções que estimulem e reconheçam a potência dos espaços populares e não sua criminalização. Nesta ótica, faz-se necessário um mapeamento das manifestações culturais e dos espaços organizativos, dentro destes territórios de conflitos, que possam ser aliados no fortalecimento da identidade e do protagonismo destes jovens. Buscar espaços e instituições que tenham um compromisso com a valorização e a identidade destes adolescentes e jovens negros. Penso aqui em associações de moradores, organizações não governamentais, no movimento hip-hop, no próprio movimento do funk. Creio que o caminho seja estimular a participação destes jovens em espaços públicos onde possam desenvolver sua autoestima e protagonismo de forma crítica.

No que diz respeito às estratégias de en-

frentamento à vulnerabilidade social, cabe mencionar uma importante reflexão expressa por Sposati (2007) a qual afirma que para o real ingresso da assistência social no campo da política pública é fundamental o entendimento quanto ao risco que deve ser coberto pela política de proteção social. Faz-se necessário reconhecer que as situações de pobreza e extrema pobreza, embora tenham incidência pessoal, não são de exclusividade daquele indivíduo, e sim possibilidade de ocorrência dentre os cidadãos de uma coletividade.

Neste sentido, pensando no fortalecimento das lutas das mulheres e adolescentes negros no Sistema Socioeducativo, é fundamental estimular o reconhecimento da dimensão coletiva das situações de vulnerabilidade social que estes enfrentam. Penso que o fortalecimento do reconhecimento da dimensão coletiva destas vivências individuais pode corroborar expressivamente no sentido de rompimento com um discurso: culpabilizador das famílias (principalmen-

te das mulheres negras) e criminalizador da pobreza (sobretudo da juventude negra). Acredito ainda que este reconhecimento da dimensão coletiva deva vir acompanhado do estímulo à inserção destas mulheres e destes adolescentes em espaços que fortaleçam sua autoestima e suas lutas, tais como: Projetos e Programas Sociais, Coletivos do Movimento Negro, Coletivos de Mulheres Negras, Associações de Mães, Coletivos do Movimento Hip-Hop, dentre outros. O encaminhamento e a inserção destes grupos na Política de Assistência Social é um passo necessário e importante, mas, obviamente, o processo de luta e reconhecimento da população negra não tem como esgotar-se neste âmbito, por sua própria amplitude e complexidade.

**“FUI FORJADA NO NÃO! VIREI
O JOGO! SUA DESTRUIÇÃO
NÃO ME ENFRAQUECE!”³**

**CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES ACERCA
DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DIRECIONADAS ÀS
MULHERES NEGRAS.**

Conforme brilhantemente aponta a escritora e ativista negra Angela Davis, quando uma mulher negra se move, toda a estrutura se move com ela. As mulheres negras no Brasil estão na posição de maior vulnerabilidade social e estão mais sujeitas e expostas as mais variadas manifestações da violência. Apesar de todas estas opressões, estas mulheres são, em grande parte, as principais responsáveis pelo sustento material e cuidado afetivo nas famílias brasileiras. Nesta ótica, viabilizar políticas afirmativas para este segmento significa impulsionar mudanças em médio e longo prazo não só para este grupo específico, mas impulsionar a construção de uma sociedade menos: sexista, racista e desigual.

Segundo o *Dossiê Mulheres Negras Retrato das Condições de Vida das Mulheres Negras no Brasil* (IPEA, 2013), no que diz respeito ao acesso à educação, a participação destas no Ensino Médio manteve uma tendência de crescimento ao longo de todo o período da pesquisa. Este segmento, em 1995,

tinha uma taxa de escolarização de 14,9%, esta mais do que triplica na série histórica, chegando a 49,8%, em 2009, aproximando-se mais dos homens brancos, que, neste ano, contaram com uma taxa de 55,5%. Por sua vez, distanciaram-se dos homens negros que computaram uma taxa de 37,7%, no mesmo momento. Todavia, as mulheres negras, apesar destas melhoras em termos de aquisição de anos de estudos, ficam bem aquém das mulheres brancas, o que pode ser explicado, em parte, pela grande distância que tinham no ponto de partida na série considerada. No nível superior, tem-se uma segmentação de gênero e raça bem mais forte que a verificada no Ensino Médio. Observa-se que, até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001, apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%. Os homens negros passaram a demonstrar a mesma tendência três anos depois. Ainda que se mantenha o padrão de

crescimento de todos os grupos verificados nos demais níveis de ensino analisados, no terceiro grau, o degrau racial é o mais expressivo, independentemente do sexo.

Com base nestes dados, é possível inferir que a universalização do ensino melhorou a posição dos negros. Entretanto, ela ainda não tem sido suficiente para reduzir significativamente as desigualdades entre os grupos de cor no topo da pirâmide educacional. Neste sentido, os dados apresentados por este estudo explicitam a necessidade de consolidação e ampliação das políticas de cotas raciais como um meio de reparação histórica e de redução das desigualdades sociais entre brancos e negros. O mesmo estudo aponta ainda que, mesmo com a ampliação dos anos de estudo, as mulheres negras têm maior dificuldade para obter retorno monetário do investimento educacional, isto é, mesmo com uma maior qualificação, sofrem discriminações para ingressar no mercado de trabalho. Tal fato propicia que uma mulher negra, em comparação com uma

mulher branca com um mesmo nível educacional, tenha uma renda mais baixa. Tal fato aponta para a necessidade de fortalecer as ações afirmativas que fortaleçam a inserção qualificada da mulher negra no mercado de trabalho.

Ainda no que diz respeito às dinâmicas de opressão que a mulher negra está inserida, o *Atlas da Violência* (IPEA, 2019) aponta que, no período observado pela pesquisa entre 2007 e 2017, a taxa de homicídio de mulheres brancas cresceu 3,6%, enquanto que, dentre as mulheres negras, houve um aumento de 5,6%. O mesmo estudo aponta ainda como a violência letal atinge de forma mais cruel a população negra: em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximada-

mente, 2,7 negros foram mortos. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de violência letal entre negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

Os dados apresentados neste estudo evidenciam como a mulher negra tem motivos concretos para temer mais por sua segurança e pela segurança dos seus... Este estudo evoca, portanto, a necessidade das políticas de prevenção à violência se pautarem também em um recorte de raça e gênero. Aponta ainda para a urgente necessidade de investimentos em uma formação continuada para os profissionais da segurança pública que abarque estes conteúdos, tendo em vista corroborar com o rompimento dos ciclos de criminalização da pobreza e discriminação da população negra.

Mediante o exposto, considero preliminarmente que embora as ações afirmativas já tenham logrado significativos avanços no que concerne à qualidade de vida da população negra, ainda existem significativas e expressivas desigualdades sociais entre brancos e negros. Tais desigualdades atingem de maneira mais cruel as mulheres negras. Neste sentido, faz-se necessário e urgente a ampliação do investimento em políticas públicas com o recorte de raça e gênero. Especificamente no campo da Socioeducação, faz-se necessário o fortalecimento da formação continuada dos servidores com enfoque nestas temáticas. Urge ainda que, em consonância com a Lei 10.639/2003, os conteúdos de História da África, História dos Negros e o Racismo sejam abordados direta e indiretamente nas diferentes modalidades de atendimento oferecidas ao adolescente durante a Medida Socioeducativa, como estratégia de fortalecimento e empoderamento destes adolescentes e suas famílias. Mães Negras Presentes! Vidas Negras Importam!

NOTAS

1. Música A carne composta por Marcelo Yuka, Ulisses Cappelletti, Seu Jorge. Intérprete Elza Soares.
2. Música Comportamento Geral, composta por Gonzaguinha. Intérprete Elza Soares.
3. Música Virei o Jogo, composta por Pedro Luis. Intérprete Elza Soares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHN, Amélia; et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.- Brasília: Ipea, 2013.

MENDES, Cláudia Lúcia Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. (Coord). Trajetória de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. DEGASE, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto/2009.

SOARES, Fernanda Carneiro. Serviço Social na Medida Socioeducativa de Internação: contribuições a partir da experiência profissional no Educandário Santo Expedito. In Veloso, Bianca Ribeiro; Abdalla, Janaina de Fátima Silva; Silva, Saturnina Pereira da. *Ações Socioeducativas: formação e saberes profissionais* Rio de Janeiro: Novo Degase, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC* n. 10 – jul./dez. 2007.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência. Homicídios por arma

de fogo no Brasil. FLACSO Brasil, 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001. Rio de Janeiro.